

# Sobre a necessidade da política: Maquiavel e o conhecimento prudencial na organização da vida

Diogo Tourino de Sousa<sup>1</sup>

**RESUMO:** As formas de conhecimento da política constituem ponto de disputa ao longo da tradição teórica da disciplina, ora enfatizando seu elemento normativo, ora defendendo visões realistas de mundo. Mais do que discussões de método, a adoção de distintas perspectivas acerca do conhecimento é responsável por argumentos substantivos sobre o papel e a

importância da política. O artigo discute como Maquiavel marca o nascimento do pensamento moderno ao conferir lugar de destaque para o “príncipe” na organização da vida coletiva, compreendendo sua figura como um lugar teórico. Com isso, o autor propõe bases conceituais para a disciplina e enfatiza, ao mesmo tempo, a necessidade da política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria política. Realismo político. Maquiavel.

## I. INTRODUÇÃO: RAZÃO E HISTÓRIA

Começamos, pois, por afastar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem considerar as pesquisas, em que se pode entrar neste assunto, como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar a verdadeira origem e semelhantes àquelas que, todos os dias, fazem nossos físicos sobre a formação do mundo.

Rousseau – *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

A discussão sobre a teoria política encerra uma dicotomia, de certo modo frágil, referente ao modo como as diferentes construções conceituais foram forjadas ao longo da história. Percepção que pode ser traduzida em dois tipos de reflexão de natureza heterogênea que encontram abrigo num termo comum: de um lado um tipo de reflexão com estatuto *prescritivo*, caracterizado pela proposta de normatização do mundo e desenho de alternativas “ideais”; e, de outro, a presença de uma *preensão descritiva*, explicativa do mundo tal como ele é (JASMIN, 1998). Certamente a utilização do que entendemos por história – seja como disciplina ou evidência empírica – oscila de forma essencial entre os tipos de reflexão mencionados. Isso

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES-IUPERJ). Email: diogo.tourino@ufv.br

porque qualquer leitura razoável do que podemos chamar de história das ideias suscita o fato de que a forma como o conhecimento é trabalhado na realização de projetos teóricos — mesmo portadores de pretensões que não se confundem — é um forte indicador da existência da dicotomia encerrada no termo teoria política.

Hoje a existência desses distintos modos de fazer suposições e hipóteses acerca da política poderia até ser tomada como pacífica dentro do pensamento científico, sem entrarmos propriamente no mérito de qual modo tem a faculdade de ser julgado como “melhor”. Isso porque o duelo, possivelmente insolúvel, entre a orientação teórica prescritiva e a descritiva transborda em toda a história do pensamento político, ensejando alternativas de entendimento da forma como fatos foram assimilados, mundos foram descritos, projetos foram traçados e ideias “decantaram”: do lado prescritivo, a utilização de evidências perde em importância para o processo dedutivo que, por meio da razão, alcança conclusões que não realizam um itinerário comum — início, meio e fim — saltando “imaginariamente” pelo espaço da história (LESSA, 2003); pelo lado descritivo — retratar o mundo “tal como ele é” — o estudo da história representa o canal de acesso à “verdade”, implicando, inclusive, o aprimoramento de técnicas capazes de reproduzir as evidências em questão (JASMIN, 1998).

Nesse sentido, mesmo a reflexão sobre temáticas canônicas da teoria política deve ser precedida pelo entendimento do estatuto próprio do conhecimento em questão: se orientado normativamente ou explicativamente. De certo, em nenhum momento a construção e a descrição de mundos “ideais”, em outras palavras, a prescrição de modelos a serem seguidos, abdicam por completo da utilização de evidências históricas. Fato é que a razão, compreendida e utilizada como mecanismo de reflexão, permite que a história seja reconstruída ou, no limite, negada, numa investida que visa a “provar” fundamentos e conclusões, mecânica que pode se fundar em elementos últimos de natureza ética.

Estabelecido o primeiro “litígio”, de natureza epistemológica ou mesmo estatutária, em alguma intensidade inerente à teoria política — a relação entre razão e história — o debate pode encontrar um caminho menos insólito na tarefa de refletir questões propriamente ortodoxas do pensamento político. As formas de conhecimento da política, como um tema proposto, constituem, na perspectiva aqui adotada, o momento inicial e necessário. O itinerário sugerido, dentre os muitos possíveis, para a percepção desse conflito, partirá do padrão de realismo político maquiaveliano. Tal opção se justifica pela forma exemplar como Maquiavel enquadra os fatos, enaltecendo a importância da história em detrimento de projetos idealistas, construindo uma reflexão próxima do conceito e limitação da política (BOBBIO, 2000).

A partir daí, o ato de levantar a prumo um mundo imaginado dentro ou fora da história será tomado na reflexão radical sobre como a noção de soberania, sua forma e contradição, é tratada: pensar-se-á propriamente o poder. Isso porque, da forma como a teoria política será aqui defendida, efeitos de conhecimento, ou mesmo atos de crença, compõem um aparato cognitivo a partir do qual o mundo será derivado (LESSA, 2003). Mesmo o realismo de Maquiavel, que nega a validade

da pergunta pelo “dever ser” da moral, preocupando-se com o aprimoramento na compreensão dos fatos que possibilitam o conhecimento, não se exime de princípios indemonstráveis de raciocínio.

Assim, o objetivo do presente artigo é revisitar, por meio da dicotomia apontada, as questões referentes aos temas do conhecimento e da soberania, tendo como norte geral o pensamento de Maquiavel, que marca, em vários aspectos, um momento exemplar na utilização da história na construção de projetos teóricos, ou mesmo na fundamentação de questões visceralmente ligadas ao exercício da política, como a noção de poder será aqui trabalhada. Isso porque, ao aproximar-se do tema do poder, observamos sustentações que traduzem a orientação quanto à forma de conhecimento presente na base desse saber, que se apresenta como recurso interpretativo ou transformador do mundo real: a política.

É curioso notarmos como parte significativa do pensamento no século XX se vê às voltas com essa questão: seria tarefa do pensamento científico descrever mundos imaginários? Talvez Maquiavel considerasse tal investida inócua do ponto de vista das necessidades reais do mundo da política, posição que não é pacífica entre seus comentaristas contemporâneos que o enquadram como filósofo da política, mesmo que sua obra não permita uma leitura clara de descontinuidade entre filosofia e ciência política, dentro dos termos anteriormente apresentados (SKINNER, 1996; JASMIN, 1998; BOBBIO, 2000). O certo é, entretanto, que Maquiavel elege a política como o exercício capaz de vertebrar a vida social, o que faz do autor ponto permanente de reflexão.

## **2. A FORMA E O CONCEITO DA POLÍTICA: O PADRÃO DE REALISMO MAQUIAVELIANO E A NECESSIDADE DA ORDEM COMO JUSTIFICATIVA DA AÇÃO**

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo.

Karl Marx – *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*.

Embora a passagem direta do pensamento antigo para o moderno seja uma prática recorrente na reconstrução da história das ideias, a sugestão de algumas características, até certo ponto comuns, do pensamento medieval, pode ser útil na aproximação ao novo modo de pensar a política que o padrão de realismo ensaiado por Maquiavel no século XVI apenas inaugura. Neste, a imposição, indutivamente alcançada, de se submeter todas as esferas da vida ao poder político em prol da manutenção de um tecido social terminantemente instável – raiz do legado teórico maquiaveliano – dá um novo estatuto ao pensamento político: exercício que utiliza a história na aquisição da prudência necessária à descrição e prevenção dos acontecimentos, mesmo que essa contradiga o que reza a “tradição”.

O vácuo que o ocaso das concepções medievais gerou, inscreveu na modernidade a chance de “libertar” o pensamento – permitindo uma espécie de amadurecimento da reflexão política como “ciência” – do exercício do conhecimento à formulação de diretrizes para o adequado agir (JASMIN, 1998). Como mencionado anteriormente, tal liberdade precede analiticamente um suposto “litígio” a ser aqui abordado, percebendo que, em sua gênese, é a partir da experiência como conhecimento que Maquiavel concretiza respostas para questões oriundas da herança medieval que ora se corroía, e abre caminho para o que viria a ser chamado de teoria política moderna.

O pensamento medieval encontra exemplarmente na obra de Agostinho a demarcação de uma subordinação – de natureza ontológica – do humano ao divino. Ao passo em que Platão concebia – laicizando o conhecimento – a inteligibilidade do mundo como não contida numa esfera de natureza teológica, na filosofia medieval a vida humana não tem em si mesma qualidade inteligível, sendo subordinada moralmente a Deus – marca do “pecado original” – o que comprova, assim, o caráter diminuto do humano (SKINNER, 1996).

Em Agostinho, o pecado é originalmente o esquecimento do Criador, fato que promove o aumento da infelicidade na dimensão secular com o passar do tempo, quando apenas a morte seria capaz de promover a síntese que se daria na forma de “redenção”. O livre-arbítrio atribuído aos homens apresenta-se como a potência capaz de introduzir no mundo a própria ideia do “mal”, que se amplia com o distanciamento do instante em que os homens ainda eram imaculados. Esse conjunto de afirmações resume a inferioridade anteriormente mencionada, marcadamente presente no pensamento medieval, que será qualificada de forma distinta no modo como Maquiavel elabora o agir humano.

Ainda descrevendo a estrutura em declínio, a classificação do mundo como um lugar ordenado e regido por Deus – herança oriunda de Plotino – compõe um dos fatores do invólucro que será rompido por Maquiavel, mote da liberdade do pensamento moderno aqui tratado. Com base na ideia de “grande cadeia do ser”, todas as coisas existentes estariam conectadas como se o mundo possuísse uma hierarquia entre os seres – do mais ao menos perfeito – sustentada pelo princípio de “razão suficiente”: há um ordenamento no mundo – portador de inteligência – onde o existente não é aleatório. Nesse quadro, Deus apresenta-se como tal princípio inteligente, sendo o criador e quem rege toda a existência. O pensador medieval que melhor incorporou a noção de “grande cadeia do ser” foi Santo Anselmo, na tentativa de provar a existência de Deus a partir de um critério de perfeição (SKINNER, 1996).

Em resumo, o legado do pensamento medieval é essencialmente o de um mundo ordenado: uma teoria social sobre a natureza humana (seu caráter diminuto perante o divino), sobre a sociedade (a inferioridade da história), sobre o cosmo (o ordenamento divino), imaginando como a continuidade dessas ideias possibilita a previsibilidade do mundo, já que responde com exatidão a questões referentes ao móvel do agir humano (SKINNER, 1996).

O pensamento nominalista do século XIV será a primeira corrosão desse quadro medieval. Guilherme de Orkhem irá refletir sobre a ideia dos “universais” como conceitos capazes de construir referências comuns que nos permitiriam o apontamento das coisas. Os “universais”, segundo o autor, seriam convenções ou nomes, invenções humanas atribuídas por meio da experiência. O que está em questão é a existência de um padrão comum de acordo para a construção de conceitos que são atribuídos pela vivência no mundo: a “descoberta” de qualidades acidentais que possibilitam o entendimento.

Decerto, ao conceber a experiência como pedra de toque para o surgimento dos conceitos, o pensamento nominalista passa a interrogar quem seriam os sujeitos dessa experiência fundante, desafiando o protagonismo da “Cidade de Deus” medieval. A resposta nominalista coloca o indivíduo como o sujeito, e o jogo humano de significação do mundo como o momento de produção de tais convenções, numa espécie de investida que dá novo senso ao humano: antes desimportante, agora sujeito do sentido do mundo (SKINNER, 1996). Aqui, o quadro de inferioridade histórica começa a se desfazer e o homem passa ao papel de protagonista na trama política, passível de domínio.

O processo de corrosão iniciado pelo nominalismo dará o ensejo para Pico Della Mirandola – filósofo já contemporâneo de Maquiavel – em seu *Discurso sobre a Dignidade Humana*, imaginar algo que envolve certo grau de arbitrariamente ou atividade “ficcional” (LESSA, 2003), o instante da criação. No texto, observa-se como o diálogo de Deus com Sua criatura retrata a visão do Demiurgo que cria outro demiurgo: Deus coloca o mundo à disposição do homem para que o mesmo possa transformá-lo como melhor lhe aprouver. Essa simples assertiva apresenta um homem livre e indeterminado na criação, metaforicamente equiparado a um “camaleão” por Della Mirandola, pois a este homem tudo é possível “ser”, visto ser ele o intérprete de sua natureza. Um novo ator, livre, mas não juiz de seus atos.

Ó suma liberdade de Deus pai, ó suma e admirável felicidade do homem! ao qual é concedido obter o que deseja, ser aquilo que quer. As bestas, no momento em que nascem, trazem consigo do ventre materno (...) tudo aquilo que depois terão (...) Ao homem nascente o Pai conferiu sementes de toda a espécie e germes de toda a vida, e segundo a maneira de cada um os cultivar assim estes nele crescerão e darão os seus frutos (DELLA MIRANDOLA, 1989, p. 53).

O texto de Pico Della Mirandola mostra a quebra da couraça ontológica medieval, tirando do horizonte o momento da criação como o princípio determinante da ação. Certamente tal couraça não se apresenta como homogênea ao longo do pensamento medieval. Mesmo assim, o feito de Della Mirandola abala o motor da ação humana, visto que num mundo recheado por “demiurgos”, indeterminados no nascimento, nos deparamos com uma radical dificuldade em visualizar o princípio da ação promotora da própria experiência que constrói o sentido. Ao passo em que se abole a noção de inferioridade histórica, mesmo o fator de ordenamento do

mundo ganha tons “opacos”: já não podemos mais atribuir a Deus uma inteligência que rege o universo. Isso porque admitir um Deus que cria o mundo e o entrega ao feito humano impõe à agenda do pensamento político moderno a tarefa de imaginar novos móveis para a ação humana e princípios de ordenamento do mundo.

No século XVI, Maquiavel nos proporcionará respostas às duas questões: uma conduta humana movida pelo egoísmo, o apetite, a ambição, o querer mais, enfim, uma ética natural que se traduz na suspensão da ética medieval; e a política, entendida como princípio de ordenamento do mundo. Ambas as respostas encontraram mote no legado medieval. Interessa-nos perceber como Maquiavel formula uma ética da ação e a espinha dorsal do corpo social a partir de uma concepção específica de conhecimento: perceber na história quais exemplos devem ser seguidos e aproveitados como ensinamentos com intuito de manter o poder, instrumentalizando a própria ideia de moral.

A obra de Maquiavel é por vezes qualificada como menor quando inseridos elementos biográficos em sua avaliação, transparentes na carta encaminhada a Francesco Vettori em 1513<sup>2</sup>. Isso porque, um ano antes, os Médici retornam a Florença depois de 18 anos afastados do poder. No ano da carta, o filósofo, que ocupava cargos no governo anterior, foi exilado em San Casciano, onde começou a redigir “*O Príncipe*” e “*Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*”. Ao dedicar seu livro ao filho de Piero de Médici, Maquiavel não esconde suas intenções em melhorar a maneira como estava vivendo, sem entrarmos na lide sobre considerações teóricas. Mesmo assim, e salvo qualquer pretensão imediata relacionada às intenções do autor com a obra, ao assumir sua condição de observador ordinário de homens ordinários e enaltecer isso como fonte própria de conhecimento, Maquiavel nos permite enxergar a noção de regularidade implícita no tempo e as similitudes de comportamento que principiam o tema deste artigo<sup>3</sup>, definindo, por fim, o estatuto próprio da política.

A forma como a ação ganha elementos para decisão e escolha é da ordem do real: homens e escolhas ordinários que se diferenciam apenas na percepção “prudencial” do momento – não o melhor momento, mas o momento adequado para a manutenção do poder. Ainda na dedicatória do *Príncipe* destinada ao *Magnífico Lourenço de Médici* (1492-1519), o autor define o presente que ora oferece como sendo sua riqueza, e o maior condão que pode oferecer a alguém na condição de Lourenço: um caminho seguro para o conhecimento daquilo que de forma contingente será o “momento”, entregue ao homem capaz de promover o que o “momento” o permite.

<sup>2</sup> A carta mencionada foi incluída na edição brasileira do “Príncipe” sob o formato de apêndice, organizada por Carlos Estevam Martins na coleção *Os Pensadores* (obra citada).

<sup>3</sup> “Tampouco deve ser julgada pretensão de um homem de condição social humilde e ínfima o ato de discorrer e estabelecer regras acerca do governo e dos príncipes; pois, assim como aqueles que traçam os contornos dos países põem-se na planície a fim de avaliar a natureza das montanhas, e para examinar a da planície vão ao topo delas, assim também para conhecer a natureza dos povos é mister ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes é mister ser povo” (MAQUIAVEL, 1999, p. 36).

Quanto a mim, malgrado o meu desejo de oferecer a Vossa Magnificência uma prova de meu dever, não encontrei, em meu cabedal, coisa alguma que considere suficientemente cara ou que estime tanto quanto o conhecimento dos atos dos grandes homens, o qual apreendi na extensa experiência da realidade atual e na lição ensinada pela antiga (MAQUIAVEL, 1999, p. 35).

Na origem da obra se propõe um novo órgão de percepção, terminantemente apoiado na observação histórica, como recurso na construção de uma nova ciência política distante e livre da ingenuidade do pensamento tradicional. Nela, o príncipe – lugar teórico que representa a manutenção do corpo social – deve ser tomado como um sujeito ordinário, que lança mão, caso pretenda lograr sucesso na investida do poder, do “*livro da história*” como fonte de consideração. Este nos mostra uma coleção de fatos, que, quando compreendidos, apenas como tais nada ensinam. O ponto do autor diz respeito à possibilidade de apreendermos acontecimentos como *exemplos* capazes de iluminar ações contemporâneas: tornar-se apto a partir do modelo de outros príncipes. Essa é a “revolução” operada por Maquiavel: “o recurso à evidência histórica como comprovação da necessidade de ultrapassar as exigências éticas da virtude tradicional, de modo a tornar mais eficazes as ações principescas na realização de seus fins” (JASMIN, 1998, p. 19). Com isso, a finalidade “princesca” de que nos fala Maquiavel, que se coloca como necessária à manutenção da ordem, a saber, o prolongamento do poder, pode ser perseguida acima de qualquer condicionamento.

A suposição de um tempo circular, como que idêntico a si próprio, em outras palavras, de um tempo que é o mesmo tempo, está ancorada numa antropologia filosófica: o tempo é preenchido por uma natureza humana imutável, ou seja, tem-se uma história recorrente porque os homens são os mesmos. É a conjectura de uma previsibilidade, marcada curiosamente pela “instabilidade” do comportamento humano, que faz do “*livro da história*” não uma certeza, mas sim uma possibilidade a ser examinada com prudência:

Caminham homens, em geral, por estradas já trilhadas. Aquele que é prudente, desse modo, deve escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens, e copiá-los; sempre muito é aproveitado, ainda que não se possa seguir fielmente esse caminho, nem alcançar inteiramente, pela imitação, as virtudes dos grandes (MAQUIAVEL, 1999: 55).

Certamente há uma premissa realista que não admite a repetição infinita do ciclo histórico, mesmo entendendo tal repetição como a tradução de uma “lei natural”<sup>4</sup> (BOBBIO, 1994). Maquiavel defende não apenas a busca impotente da natureza perdida, mas a possibilidade secular de se conhecer e se redimir dia a dia

---

<sup>4</sup> A utilização da expressão “lei natural” em nada está relacionada ao sentido que o Jusnaturalismo dará a ela, referindo-se apenas à existência de um mecanismo não previsível sem condicionamento racional.

colocando razões coletivas práticas acima das convenções que ditam o individual.

A história fala do presente, pois seu conteúdo é o mesmo, certo que ocupando formas distintas ao longo de um tempo que possui, para Maquiavel, o porém de se repetir (JASMIN, 1998). O autor do *Príncipe* não terá como norte a queda da natureza do homem após a criação. Ele irá imaginar a constância da sua psicologia inserida na animalidade de um mundo que prima pelo apetite, que faz dos seus “feras” num duelo de aparências: “os homens costumam ser ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro; enquanto lhes proporcionas benefícios, todos estão contigo (...) Todavia, quando ela [a necessidade das coisas que eles desejam] se aproxima, voltam-se para outra parte” (MAQUIAVEL, 1999, p. 106). Em resumo, a natureza humana não é entendida a partir de qualquer premissa filosófica, mas sim do exemplo dos grandes homens, e estes nos mostram a vileza por trás dos atos de aparência.

Suas constatações lhe permitiram uma filosofia da história defendida por argumentos de natureza indutiva, que percebem como o tempo tem o poder de alterar as situações, mas não os homens. Hobbes, por sua vez, partirá de um sistema filosófico para imaginar dedutivamente esse conteúdo da história, também acreditando na imutabilidade da natureza humana e na contingência do presente, que mesmo aparentemente garantido pelo pacto requer sustentação ante a permanente possibilidade de dissolução (RIBEIRO, 2004). O tema do poder sempre implicará suas contradições possíveis.

Há uma teoria do conhecimento implícita na perspectiva maquiaveliana: proceder à leitura do passado, alcançar o conhecimento do presente, com o intuito de previsão e prevenção do e sobre o futuro. O conhecimento político não se traduz apenas na percepção, mas na antecipação com vistas a realizar antes do tempo, na correta leitura da história que permite ao virtuoso a prudência:

Não apenas prover o presente, mas antecipar casos futuros e pre-munir-se com muita perícia, de modo que se possa facilmente lhes dar corretivo, e não permitir que os fatos se esbocem, pois se assim for o remédio não chega a tempo, e a doença torna-se incurável (...) Sucede o mesmo aos assuntos do Estado: se aos males se conhece com antecedência, o que é concedido apenas aos homens prudentes, rapidamente se pode curá-los; mas se, por ignorados, aumentam a ponto de a todos se dar a conhecer, não terão, aqueles males, mais remédio (MAQUIAVEL, 1999, p. 45).

É importante notarmos como as regras para a observação histórica não são geradas por nenhum sujeito extraordinário. O príncipe não é definido por natureza, mas sim pela capacidade de intervenção correta no mundo político, tendo no horizonte de sua ação a força do imponderável e os cenários por ela determinados que limitam o poder da sua própria intervenção. Essa é uma característica central para entendermos como o autor responde às questões levantadas pela corrosão da agenda medieval: temos o tempo como uma força transformadora, e o príncipe como o ator que, quando virtuoso, é capaz de enfrentá-la. Uma espécie de soma desses dois fatores que não podem

ser confiados isoladamente. Os que assim o fizeram fracassaram, pois “não confiaram no tempo para resolver os problemas, como os sábios da época presente; somente acataram as próprias virtudes e prudência, pois o tempo leva consigo todas as coisas, e pode transformar o bem em mal e o mal em bem” (MAQUIAVEL, 1999, p. 45).

Assim, a forma de conhecimento da política tramada por Maquiavel tem o passado cognoscível como história, sendo esta última um estoque de exemplos que se colocam como ensinamentos: ações protagonizadas por homens dotados da mesma natureza em momentos semelhantes, corroborando a ideia de uma estabilidade na desordem – diante dos mesmos estímulos homens têm as mesmas respostas – que constitui o legado infinito dos antepassados e suas histórias. A aplicação do passado é obrigatória na leitura do presente, apresentando-se como o único recurso na manutenção do poder e promoção da ordem desejada.

A partir daí, a submissão das demais esferas da vida à operação cognitiva de entender o passado corretamente como exemplo a ser seguido representa a transformação seminal operada pelo autor no modelo medieval: máximas morais são inúteis no processo de conhecimento político:

o centro da oposição maquiaveliana estará na exigência do reconhecimento por parte da vontade política, da força das circunstâncias e da consequente necessidade de adequação do comportamento do agente a elas (JASMIN, 1998, p. 21).

A ausência do componente moral no agir humano em nada está relacionada a uma conduta pouco qualificada. O ponto em questão é a inutilidade em se orientar a política por valores éticos. Certamente a vida social é profundamente eticizada, porém o plano da ética não pode anteceder a política em se tratando de fins propriamente políticos. Daí um padrão de realismo exemplar: o ator não pode conhecer o mundo a partir de máximas morais e sim como ele de fato é – olhar para a histórica como se ela fosse um recorte de exemplos permanentemente apto a comentar o presente. O que Maquiavel faz é nos propor uma abordagem terminantemente técnica do exercício da política, recusando a utilidade do ato imaginativo, definindo a política como algo distinto da moral:

Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos de que todos os interessados tirem proveito, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. E muitos imaginaram repúblicas e principados nunca vistos ou reconhecidos como reais. Tamanha a diferença que se encontra entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver que aqueles que se ocuparem do que deveria ser feito, em vez do que na realidade se faz, aprendem antes a própria derrota do que sua preservação; e, quando um homem deseja professar a bondade, natural é que vá à ruína, entre tantos maus. Assim, é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade (MAQUIAVEL, 1999, p. 99).

O trecho acima é exemplar: um discurso desprovido de metafísica instaurando uma perspectiva realista, que concebe o príncipe como o sujeito ordinário, que por meio da astúcia – virtude, prudência – é capaz de aprender com os exemplos históricos. Maquiavel reconhece a instabilidade do corpo político ao afirmar a possibilidade de todos nos tornarmos príncipes, caso sejamos capazes. Daí a constante instabilidade, provocada pelo próprio fator de harmonização da vida social. Hobbes solucionará este problema ao tirar de dentro de nós a figura do soberano na tentativa de responder a uma agenda especificamente positiva – manutenção da sociedade ordenada – e negativa – evitar a guerra civil (RIBEIRO, 2004). Mesmo assim, ao admitir a existência de um direito natural de autopreservação, o modelo hobbesiano precisa encontrar armas para manter a soberania ativa, justificando sua legitimidade e prevendo situações para sua ruína.

Um ponto marca essencialmente a diferença entre ambos os autores: com o intuito de orientar o agir no mundo político – dominado pela aparência – que tem como finalidade a manutenção do poder — visto que sem ele o caos configura um caminho inescapável — Maquiavel recusa o “dever ser” da razão, da moralidade convencional, visto que precisa liberar suas escolhas para o correto intervir no contexto momentâneo; no fundo, ele nos fala da conformação “ao efeito das coisas” (JASMIN, 1998). Hobbes fará diferente: sua pergunta é pelo problema ético da “boa ordem”, pela legitimação de um mundo que existe, e que será filosoficamente recriado numa aceitação especial da história (BOBBIO, 2000).

Como mencionado anteriormente, o “príncipe” é entendido por Maquiavel como um lugar teórico, não importando a forma de governo específica (BOBBIO, 1994). Isso permite ao autor classificar sutilmente a diversidade entre quem exerce a vontade, se a coletividade – repúblicas – ou um só – principados: “os domínios todos que já tiveram houverame que ainda têm há sobre os homens foram, e são, as repúblicas ou os principados” (MAQUIAVEL, 1999, p. 57). A necessidade da política para organização e harmonia do corpo social transparece na maneira como o autor concebe a sociedade: em vista da perversidade do comportamento humano, a política deve apresentar-se como o fator de estabilização que, ao mesmo tempo, reina no plano do ordinário. O príncipe deve estar atento aos exemplos históricos com vistas a não formular estados defeituosos, justo porque o “mal” da política é sua instabilidade inerente, que faz com que repúblicas se dissolvam em principados ou vice-versa, passando por indesejáveis estados intermediários (BOBBIO, 1994).

Não existe em Maquiavel a ideia de um poder soberano que existe acima do mundo onde ele se estabelece, tal como aparecerá em Bodin quando “a vontade soberana tem sua origem na vertigem de uma autodesignação próxima do sagrado” (GIL, 2003, p. 127). Dessa forma, o exercício da soberania deve ser continuado, quando o príncipe virtuoso é capaz de prolongar sua permanência no poder, sempre lembrando que a história nos garante que a existência da ordem decorre da existência do príncipe. No entanto, estando o lugar do príncipe em disputa, atos contra a soberania são igualmente legítimos mesmo que indesejáveis.

O que Maquiavel sugere é a possibilidade de um agir livre de qualquer

juízo de natureza moral, percebido tecnicamente como ato de manutenção do poder. Por isso a política é necessária. Há uma separação radical entre ações que se justificam na esfera privada e outras que têm por finalidade a razão coletiva da ordem. Daí a moral poder ser instrumentalizada para que o príncipe possa prolongar o poder, exercendo a violência se necessário, ou mesmo cumprindo ritos religiosos, concepção que só se viu possível em decorrência da assunção da política como disciplina apartada dos demais valores da vida coletiva.

O príncipe deve definir com precisão histórica o estado que governa, utilizando a força ou a tradição. Seus atos serão sempre julgados de acordo com a eficácia na busca de metas propriamente políticas, como se a prioridade da política fosse própria: o estado é um fim em si mesmo. Isso fica claro quando a todo momento Maquiavel se ocupa em transferir sua experiência de como principados, hereditários ou não, livres ou não, novos ou antigos, dentre outros, foram conquistados e mantidos. Definir o estado é uma questão circunstancial; sua existência já é a centralidade do agir político, tendo uma finalidade para além do bem e do mal.

Não há discussão relativa aos bons ou maus governos, mas sim ao êxito em sua duração, não importando os meios empregados, mas os resultados obtidos. O que está em questão é “se um príncipe é dono de tanto poder em seu Estado, a ponto de preservar-se por si mesmo, quando preciso; ou se necessita contar com apoio de outros” (MAQUIAVEL, 1999, p. 77).

O afastamento com relação a Bodin, quando a soberania é pensada extraordinariamente, torna-se confuso. Um príncipe que decide acima da moralidade, visando a lidar de forma ágil com o inesperado, pode ser entendido como o soberano que decide fora da normalidade (GIL, 2003). A política deve encontrar na figura do soberano o meio para a estabilidade, sempre antecipando imprevistos. Maquiavel dá sinais para uma forma de soberania a ser pensada posteriormente por Bodin sem marcas observáveis.

Certamente a interpretação da história será tida como cara no cumprimento desta tarefa, já que os contornos da ação, como Marx reafirmará no século XIX, são dados pelas gerações pretéritas. Fato é que o Marx tem diante de si uma revolução, e mais que isso, uma revolução operária que divide a França em condições que ainda precisam amadurecer. No entanto, é igualmente relevante perceber como o agir político adquire contornos práticos inescapáveis na análise marxista, retomando o tema da potência transformadora que desafia a tradição: posso, quando virtuoso, dominar a fortuna. Resta discutir se a “revolução”, tema recorrente no pensamento político, é capaz de alterar o conteúdo da história, ou apenas seus contextos. Contudo, tal discussão escapa aos objetivos deste artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora CAMPUS, 2000.

- DELLA MIRANDOLA, G. P. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- GIL, F. *A convicção*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- JASMIN, M. G. *Racionalidade e história na teoria política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- LESSA, R. *Agonia, ceticismo e aposta: ensaios de filosofia política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. In: WERFFORT, F. (org.) *Os clássicos da política*. Volume 01. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.